

## Marcos Mendes (/colunas/marcos-mendes/)

Pesquisador associado do Insper, é organizador do livro 'Para não esquecer: políticas públicas que empobrecem o Brasil'

SEGUIR



# Novo Fundeb não trouxe a revolução alardeada

Política mal desenhada teve apoio amplo e agora cobra os custos

1º.nov.2024 às 14h26

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2024/11/02/>)

O governo estuda medidas para controlar gastos e aumentar a eficiência das políticas públicas. A complementação da União ao Fundeb (Fundo do Ensino Básico) é um dos pontos sob análise.

Essa despesa pulou, em termos reais, de R\$ 21 bilhões para R\$ 44,5 bilhões em apenas quatro anos. É resultado da aprovação da emenda constitucional 108/20, que determinou a elevação da participação da União no fundo de 10% para 23% do aporte feito por estados e municípios. Como o aumento desse percentual é gradual (atualmente estamos em 19%), o crescimento do gasto continuará pelo menos até 2026, quando chegaremos aos 23%.

O objetivo inicial da emenda era meritório: redistribuir o fundo em favor de municípios mais pobres, sem aumentar a despesa. Mas incorporou o aumento de aportes da União, sob o argumento de que mais dinheiro seria fundamental para melhorar a qualidade da educação.

Passados quatro anos, não se vê a revolução propalada pelos entusiastas da PEC (<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/novo-fundeb-aprovado-no-congresso-nacional/>). No exame internacional Pisa, continuamos atrás de países cujo gasto por aluno é similar ao nosso, como Colômbia, México, Turquia e Chile.